

Marx e a questão do Oriente

Marcos Del Roio

Como citar: ROIO, Marcos Del. Marx e a questão do Oriente. *In* : ROIO, Marcos Del (org.).
Marxismo e Oriente : quando as periferias tornam-se os centros: Oficina Universitária; São Paulo:
Ícone, 2008. p.17-50. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-274-0962-9.p17-50>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

MARX E A QUESTÃO DO ORIENTE

Marcos Del Roio
Prof. de Ciências Políticas
Unesp - Universidade Estadual Paulista
FFC - Faculdade de Filosofia e Ciências

1 Oriente enquanto paradigma liberal e figura da política internacional

Em meados do século XIX, entendiam-se limitadamente por “questão do Oriente” os problemas decorrentes do declínio e recuo do império turco, que deixava na sua esteira um séqüito de Estados débeis e de fronteiras mal delimitadas. Esses novos Estados que surgiam na península balcânica não só tenderam a se digladiar entre si como passaram a ser campo de disputa entre as maiores potências da Europa, até se apresentarem como estopim de uma guerra imperialista generalizada, a partir de 1914.

Nesse contexto, o império russo era visto na sua dupla face de potência européia imperialista e de um regime despótico

de clara marca oriental, assim como um Oriente interno ao próprio Ocidente, uma periferia. Mas a “questão do Oriente” tinha ainda uma faceta mais ampla, que englobava o vasto território da Ásia, vítima da expansão colonial e imperial do núcleo do Ocidente, portador da missão de reproduzir a acumulação ampliada do capital e difundir os princípios socioculturais da propriedade privada. Nesse caso, além da Turquia, encontravam-se a Pérsia, a Índia e a China, entre outros territórios.

O problema de fundo que este capítulo apresenta é o entendimento que Marx (e Engels) teve da questão do Oriente – assim como a vertente teórica do marxismo revolucionário do século XX – e a conexão com as formas e bloqueios das revoluções e dos intentos de transição socialista na Rússia e na China. Essa problemática também tem relação, mais amplamente, com o fracasso das revoluções nacionais no mundo árabe e a revolução passiva na Índia (na acepção que Gramsci dava a essa categoria). No entanto, dessa vasta e polêmica problemática, serão abordados aqui apenas os indícios que foram possíveis a Marx de lançar e para dizer que as insuficiências e lacunas por ele deixadas foram sanadas tão-somente numa medida muito pequena.

Há uma longa tradição, que remonta mesmo a antiga Grécia e Aristóteles, identificando o Oriente como terra de riqueza e servidão, a um só tempo. Obscurecida essa visão nos séculos de declínio do império romano e de surgimento do feudalismo ocidental, foi recuperada de um ponto de vista teológico pela Igreja de Roma, na época do apogeu e expansão do Ocidente feudal em direção ao Próximo-Oriente muçulmano, a partir do século XI. Note-se que o Ocidente feudal constrói a sua própria imagem em oposição ao Oriente muçulmano, embora tivesse que reconhecer a sua situação periférica do ponto de vista técnico e cultural. A imagem negativa do Oriente foi depois seguidamente reafirmada pela Filosofia e Ciência Política “clássica”, de Maquiavel a Hegel,

consolidando quase que um senso comum, na medida que se invertia a relação entre essas áreas culturais, e o Ocidente se sobrepunha sobrejamente no seu caminho rumo à conquista do mundo. Não resta dúvida, porém, que foi Montesquieu quem melhor sistematizou essa perspectiva, apresentando o despotismo oriental como uma forma política diferenciada, inferior, perigosa e própria do Oriente, a qual poderia até mesmo se expandir e subjugar o Ocidente.¹

Para Montesquieu, o despotismo oriental derivava basicamente de condições ambientais, que modelam as relações sociais e a forma do poder, pois que somente “circunstâncias provenientes do clima, da religião, da situação ou do temperamento do povo, forçam-no a seguir alguma ordem ou a submeter-se a alguma regra”.² Sua característica fundamental é a ausência do direito político e de projeção na História, reproduzindo-se sempre igual a si mesmo, podendo mesmo ser encontrada em outras regiões da Terra que apresentassem condições semelhantes. A transformação social efetiva só poderia advir de uma reforma religiosa ou do impacto externo trazido pelo Ocidente.

Hegel retoma essa formulação dentro do contexto de uma filosofia da história, que estabelece algumas diferenças no seio do Oriente. Assim, a China aparece como um despotismo que anuncia a História, enquanto que a Índia, pela presença das castas, manifesta um despotismo degenerado. Vários outros autores tentaram estabelecer uma compreensão do Oriente, enfatizando um ou outro aspecto, mas o paradigma do despotismo oriental, elaborado como contraposição ao nascente Ocidente liberal foi o que gozou de uma não suspeitável fortuna.

¹ DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antipodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone Editora, 1998. Cap. 2.

² MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Livro 8, Cap. 10 (Os Pensadores).

2 Marx e o colonialismo inglês na China

Não é de se surpreender, então, que Marx e Engels tenham também partido dessa reflexão, no momento em que se aventuraram a abordar a questão do Oriente em suas diferentes facetas. O interesse demonstrado pelo Oriente aparece a partir dos reflexos dessa questão na política governamental inglesa e na política internacional, nos efeitos do colonialismo na Ásia e nos estudos sobre as formas de propriedade que precederam a forma burguesa, uma necessidade para explicar o capitalismo e a particularidade do Ocidente. O paradigma do despotismo oriental, que norteou as reflexões de Marx, tem sua contraparte na concepção de revolução socialista derivada do padrão da revolução francesa e do jacobinismo, assim como do papel progressivo que cumpriria a burguesia revolucionária.

As fontes de Marx, além de Montesquieu e Hegel, foram também as observações de autores da economia política britânica, de viajantes, de administradores coloniais e de precursores da Etnologia. Embora sempre atentos à bibliografia mais atualizada, é importante anotar que o conhecimento histórico sobre o Oriente estava apenas em seus inícios, que a própria história do Mediterrâneo oriental estava para ser deslindada e que a Antropologia e a Arqueologia eram campos científicos ainda em gestação.

De tal maneira, mais que em qualquer outro ponto da produção dos fundadores do comunismo crítico – com sua concepção dialética e radicalmente antagônica ao Ocidente presidido pela acumulação do capital e pelo egoísmo-proprietário – os limites e lacunas se fazem sentir na abordagem da questão do Oriente, trazendo ainda a persistência mais notável de continuidade com a tradição cultural do Ocidente. Essa continuidade se manifesta particularmente no recorrente uso da noção de despotismo oriental, indicando que a valorização do Ocidente e de sua tradição cultural, também em Marx encontrava um complemento na perspectiva

eurocêntrica (ou etnocêntrica), que fazia do Oriente e outras zonas vitimadas pela expansão do capital, espaço do barbarismo e do imobilismo.

As preocupações iniciais de Marx e Engels eram sobre o impacto positivo da difusão do mercado mundial nas formas sociais não-capitalistas. A derrota da revolução européia de 1848 levou Marx a se debruçar sobre o trabalho de crítica de economia política do capital, cujo efeito incidental foi à busca de uma melhor compreensão da questão do Oriente. Uma observação de Marx, carregada de ironia, sobre o depoimento de um missionário alemão, recém-chegado, após longa ausência, que observou as semelhanças entre o socialismo europeu e as demandas da plebe na China, trazia uma clarividência inimaginável para o próprio autor. “Certo que o socialismo chinês poderá corresponder àquele europeu tanto quanto a filosofia chinesa àquela de Hegel”, dizia Marx, que continuava em tom de chacota: “Se os nossos reacionários europeus, na sua iminente fuga através da Ásia, chegarem até a muralha chinesa, até as portas que introduzem o baluarte da reação e do conservadorismo ancestral, quiçá não devam ver escrito: *Republique chinoise, Liberté, Egalité, Fraternité*”.³

Marx inaugurava assim uma série de pequenos artigos sobre a China, acompanhando o impacto da expansão do mercado mundial e do colonialismo, que tinha então na Inglaterra seu instrumento principal, além de ser ainda o país que usufruía as vantagens do pioneirismo da produção industrial. A estagnação do império chinês e o choque com o Ocidente provocaram a mais importante rebelião de massas de todo o século XIX, que foi a revolta de Taipem (ou Tai ping), com a duração de quase uma década, finalmente sufocada pela intervenção inglesa. Segundo Marx, “do mesmo modo que o imperador era geralmente considerado o pai de toda a China, seus funcionários eram vistos como garantes dos

³ MARX, Karl. *América e China*. Neue Rheinische Politisch-Ökonomische Revue, março de 1850. In: *Cina*. Roma: Riuniti, 1993, p. 6 (1 piccoli).

direitos paternos nos respectivos distritos”, relação que foi quebrada pelo tráfico de ópio e pela exportação de prata. Interrogando sobre os possíveis efeitos que a revolução na China poderia gerar no “mundo civil”, Marx supõe que o comércio estabelecido com a China pelas armas e pela droga, poderia levar a indústria inglesa a enfrentar uma crise com potencial de se espalhar pela Europa continental e servir de estopim de uma nova onda revolucionária.⁴

Entre 1857 e 1859, Marx esmerou-se em denunciar a renovada agressão inglesa contra a China, com todas as suas atrocidades, mas não deixa de insistir que os resultados tampouco são auspiciosos para a Inglaterra. A guerra anterior agravara a crise comercial inglesa, abrira espaço para a intervenção russa no norte da China e provocara uma revolução camponesa no Sul desse mesmo país. Guerras feitas em nome da liberdade de comércio, mas que fazem Marx notar que “quando se examina de perto a natureza do livre comércio britânico, quase não há vez em que no fundo da sua ‘liberdade’ não se descubra o monopólio”.⁵ No entanto, Marx identifica as reais dificuldades do comércio inglês com a China na lentidão com a qual é capaz de desarticular as relações de produção nesse país, cujo “enigma é resolvido, (...) pela combinação entre pequena agricultura e indústria doméstica”.⁶

3 Marx e o colonialismo inglês na Índia

Sempre no decorrer dos anos 50, Marx dedicou mais atenção a Índia do que a qualquer outra região do Oriente, tendo sido também a partir daí que arriscou algumas observações teóricas de caráter mais geral. A conquista completa e

⁴ MARX, Karl. *Revolução na China e na Europa*. New York: Daily Tribune, 14 de junho de 1853. Idem. Roma: Riuniti, 1993, pp. 7-18 (I piccoli).

⁵ MARX, Karl. *História do comércio do ópio*. New York: Daily Tribune, 25 de setembro de 1858. Idem. Roma: Riuniti, 1993, p.57 (I piccoli).

⁶ MARX, Karl. *O comércio com a China*. New York: Daily Tribune, 3 de dezembro de 1859. Idem. Roma: Riuniti, p. 100 (I piccoli).

total da Índia pela Inglaterra, iniciada em 1763, se concluía em 1848, basicamente por ação da Companhia Inglesa das Índias Orientais, com apoio do Estado inglês.

Em junho-julho de 1853, Marx e Engels trocaram intensa correspondência sobre a questão do Oriente, particularmente sobre a Índia, o que contribuiu para a redação de alguns artigos importantes para se captar o entendimento que haviam alcançado sobre esse problema. Era também o momento que se debatia a renovação do mandato da Companhia das Índias Orientais para a exploração daquele subcontinente. Marx via a Índia, por analogia, como uma mistura entre a geografia da natureza e da política da Itália com a miséria social da Irlanda. Para ele a Índia era uma região entregue ao sofrimento e a estagnação desde há milênios, mas o pior dos males era o impacto do Ocidente.

Dizia então que “não aludo ao despotismo europeu sobreposto ao despotismo asiático da Companhia Inglesa das Índias Orientais”, mas ao fato do colonialismo da Inglaterra ter reduzido a escombros toda a velha estrutura social, sem substituí-la por algo substancialmente inovador.⁷ Tal estrutura social era baseada na ausência da propriedade privada da terra e na articulação entre produção agrícola e manufatureira no interior das comunidades de aldeia, relativamente autônomas, que “foram sempre o sólido fundamento do despotismo oriental”.⁸

Ao Estado despótico, em geral, cabia a cobrança de impostos, a defesa ou expansão do império e a construção de obras públicas, particularmente as de irrigação. Essas características, a partir do Egito podiam ser encontradas por todo o Oriente, sendo inclusive localizáveis as regiões de declínio e desertificação, quando da queda do poder despótico

⁷ MARX, Karl. *O domínio britânico na Índia*. New York Daily Tribune, 25 de junho de 1853. In: Índia. Roma: Riuniti, 1993, p. 15. (I piccoli).

⁸ Idem, idem, p. 21.

responsável pela obras de irrigação, como em partes da península arábica.

A visão de Marx sobre a realidade sócio-histórica e cultural da Ásia não diferia muito das idéias que predominavam no Ocidente, e nem poderia ser de outro modo devido à escassez de conhecimentos concretos. Assim, Marx insistia na ausência de uma verdadeira História, na estagnação, no desperdício, no isolamento e no atraso cultural do Oriente. Acreditava mesmo que apenas o impacto destruidor do Ocidente liberal-capitalista poderia provocar mudanças profundas naquela imensa região. Em tudo isso, Marx pouco se destacava da visão eurocêntrica de Montesquieu ou Hegel.

Aquilo que diferenciava substancialmente a perspectiva marxiana do Oriente é uma sutileza de não pequena monta. Para Marx, a opressão colonial da Inglaterra e do Ocidente, em geral, estava destruindo as raízes milenares da opressão humana no Oriente, não para portar a civilização e a liberdade, como queriam fazer crer os liberais, mas para criar as condições pelas quais os povos do Oriente poderiam lutar por sua própria liberdade e aguçar as contradições no seio do núcleo do Ocidente capitalista. É assim que se perguntava: “pode a humanidade estabelecer seu próprio destino sem que ocorra uma revolução fundamental nas relações sociais da Ásia?”.⁹

Para Marx, então, “A Inglaterra deve assumir na Índia uma dupla missão, uma destruidora, outra regeneradora: aniquilando a velha sociedade asiática e pondo os fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia”. Isso seria feito pela unificação política imposta pela armas do colonizador, mas também pelo telégrafo e pela ferrovia, criadores de condições para o início da industrialização. Seria esse, no entanto, um longo processo, e “os indianos não recolherão os frutos dos novos elementos sociais injetados entre eles pela burguesia britânica, até que na própria Grã-Bretanha as atuais classes

⁹ Idem, p. 22.

dominantes não sejam suplantadas pelo proletariado industrial, ou que os próprios indianos não sejam bastante fortes para destroçar o jugo britânico".¹⁰ Como se vê, em nenhum momento a história é um processo de mão única e sem alternativas.

Marx voltou a se ocupar dos assuntos da Índia somente em 1857, depois da eclosão da revolta dos Cipayos (a tropa mercenária indiana a serviço do colonialismo), que acabou provocando a supressão da Companhia das Índias Orientais como instrumento de exploração colonial, função assumida, a partir de então, diretamente pelo Estado inglês.

4 Marx (e Engels) e a questão russa

Marx começou a interessar-se por temas relativos à Rússia na época da guerra da Criméia (1854-1857), abordando, nas páginas da revista inglesa *The Free Press*, a história das relações diplomáticas do século XVIII. Na análise de Marx, a Prússia cumprira um deplorável papel histórico ao ajudar a destruir a Suécia, primeiro, e a Polônia depois: exatamente as barreiras que continham o avanço russo na direção do Ocidente. Tanto Marx quanto Engels demonstram vivo e crescente interesse pela questão russa, tanto do ponto de vista de sua influência nos assuntos europeus, quanto do ponto de vista da polêmica sobre a natureza da forma social e da revolução nesse gigantesco império. De todo modo, a preocupação política fundamental era derrotar o regime russo, visto como um obstáculo intransponível à revolução proletária na Europa.

O ressurgimento das rebeliões camponesas (1858-1862), o início da "emancipação" dos servos (1861) e, principalmente, a insurreição nacional polonesa (1863), acentuaram o interesse de Marx e Engels pelas condições sócio-históricas do império

¹⁰ MARX, Karl. *Os resultados futuros da dominação britânica na Índia*. New York Daily Tribune, 8 de agosto de 1853. _____. Índia. Roma: Riuniti, p. 72 (I piccoli).

dos czares, sem deixar de lado a preocupação com a sua influência e peso diplomático-militar nos assuntos europeus. Por um momento, Marx e Engels acreditaram que a insurreição polonesa pudesse desencadear uma nova "primavera dos povos", como a de 1848. Como Rousseau antes dele, Marx também via na emancipação nacional da Polônia um anteparo essencial para impedir o avanço do "barbarismo asiático sob a liderança moscovita" contra o Ocidente.¹¹

A preocupação com o peso condicionante exercido pelo poder czarista sobre o Ocidente e sobre o movimento socialista, acompanhou Marx e Engels de maneira permanente. Seriamente batida na guerra da Criméia, a Rússia começou a recuperar-se ao impedir que a Áustria-Hungria se aliasse a França e ao avalizar a incorporação da Alsácia-Lorena ao Reich prussiano-alemão que se formava. A vitória da Rússia na guerra contra a Turquia (1877-1878), apareceu como um verdadeiro desastre na análise de Marx e Engels, pois poderia levar o império czarista ao objetivo de atingir o mar Mediterrâneo, ou por Istambul ou pela Sérvia. Essa vitória deu ainda um novo fôlego a uma renovada "Santa Aliança" entre a Rússia, a Alemanha e a Áustria-Hungria, conforme estratégia concebida por Bismarck. Parece que é só a partir desse momento que Marx e Engels começam a supor uma revolução que ocorresse a partir das contradições internas do vasto império russo.

Desde a derrota da insurreição polonesa (1863), a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864) e o aumento do fluxo de exilados russos no Ocidente, os contatos e a polêmica sobre a questão russa, a natureza da comuna agrária e da revolução, se aprofundaram, contando com a incisiva participação de Marx e Engels. Já no contexto das profundas divergências que confrontavam Marx e Engels de um lado e de outro o conjunto da intelectualidade

¹¹ MARX, Karl. *Um discours de Karl Marx sur la Pologne*. Cahiers de l'ISEA. Série C, nº 4, p. 89, 1961.

revolucionária russa, no seio da AIT, em 1870, Engels brandia com ceticismo e ironia:

Que desdita para o mundo, se não fosse uma monstruosa mentira, que na Rússia estejam 40 mil estudantes revolucionários que não tenham atrás de si nem um proletariado revolucionário e nem mesmo um campesinato revolucionário e que diante de si não tenham outra solução senão o dilema: Sibéria ou emigração na Europa ocidental.¹²

Ainda com as feridas abertas pela derrota da Comuna de Paris (1871), pela expulsão de Bakunin e a transferência do Conselho Geral da AIT para Filadélfia (1872), Engels travou um debate virulento com Tkatchov, do qual resultou o texto *A questão social na Rússia* (1874). Engels confirma nesse escrito o diagnóstico de ser o império russo não só o sustentáculo das forças reacionárias da Europa, mas um decisivo impedimento para a eventual vitória da revolução no Ocidente. Acreditava que o império russo poderia ser derrubado por uma guerra externa ou então por uma insurreição nacional polonesa apoiada pelo movimento operário ocidental, embora reconhecesse (não sem alguma reticência) que o campesinato começava a se tornar um sujeito político de importância e que a Rússia se preparava para uma revolução.¹³

A fim de realçar a distância do projeto *narodnik* de um socialismo oriental fundado na comuna agrária, Engels reafirmava a necessidade objetiva do desenvolvimento das forças produtivas do capital, assim como a formação de um proletariado industrial e de uma burguesia. A revolução russa seria então de caráter burguês e levaria a comuna agrária necessariamente à destruição, num prazo mais ou menos longo. A única possibilidade de sobrevivência e transformação da comuna agrária seria uma revolução proletária na Europa ocidental. Percebe-se então que para Engels a possibilidade

¹² ENGELS, F. *La política estera degli Zar*. Milano: La Salamandra, 1978, pp. 20-21.

¹³ ENGELS, F. *A questão social na Rússia*. In: FERNANDES, R. C.. (org.) *Dilemas do Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 141-155.

maior de uma revolução russa a curto prazo sugeria uma origem exógena, produto de alterações políticas e sociais fundamentais na Europa ocidental.

É bastante possível que Marx compartilhasse dessa análise de Engels, mas se isso for verdade, uma pequena diferenciação começou a aparecer nos anos seguintes. Numa carta de novembro de 1877, endereçada à revista russa chamada *Anais da Pátria*, Marx negou ser autor de uma filosofia universal da História na qual a inserção da Rússia só seria possível através do desenvolvimento capitalista. Fazendo uma análise dialética – muito menos evidente em Engels –, após árduos estudos, Marx conclui que: “se a Rússia continuar marchando pelo caminho seguido desde 1861, ela perderá a mais bela oportunidade que a História jamais ofereceu a um povo e experimentará todas as peripécias fatais do regime capitalista”. Marx enfatiza que em seu capítulo sobre a “acumulação primitiva”, publicado em *O Capital*, procurou analisar a origem do capital nas entranhas da ordem feudal do Ocidente, sem qualquer pretensão universalizante. A conclusão é que a Rússia não teria que inevitavelmente seguir a mesma trajetória do Ocidente e que seu futuro como país capitalista dependeria da transformação de boa parte do campesinato em proletários.¹⁴

Alguns anos depois, numa breve carta (após três esboços) enviada a Vera Zaslitch em 1881, num momento de aproximação com uma facção dos *narodnik*, Marx expõe com maior clareza uma proposição anteriormente apenas sugerida, estabelecendo a diferença fundamental entre Ocidente e Oriente eslavo: no primeiro caso tratou-se da transformação de uma forma de propriedade privada (fundada no trabalho pessoal) em outra (a propriedade privada capitalista), enquanto que no segundo caso trata-se da transformação da propriedade comum em propriedade privada.

¹⁴ MARX, K. *À redação do Otitchestvoimnie Zapiski*. Idem, idem, pp. 166 (165-168).

A propriedade comum estivera também difundida pela Europa ocidental, mas desaparecera havia muito tempo, podendo-se supor que na Rússia poderia também desaparecer. Na Rússia, porém,

(...) a comuna rural ainda estabelecida em escala nacional, pode desembaraçar-se gradualmente de seus caracteres primitivos e desenvolver-se diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode apropriar-se de todas as conquistas positivas desta última, sem passar por peripécias terríveis. A Rússia não vive isolada do mundo moderno, nem é presa de um conquistador estrangeiro, como as Índias orientais.¹⁵

De tal modo, nesse primeiro esboço da correspondência, Marx indica que um desenvolvimento ulterior da comuna seria possível caso essa se constituísse em elemento de produção coletiva em escala nacional e incorporasse o conhecimento técnico-científico da produção capitalista do Ocidente. A contemporaneidade do não coetâneo, entre o Ocidente capitalista e uma Rússia marcada por um particular feudalismo em desintegração é que possibilitaria uma excepcional brecha revolucionária. Mas “certamente se deveria começar colocando a comuna em estado normal sobre sua base atual”, sendo necessário para isso derrubar a monarquia dos czares, cujos domínios estatais e dos grandes proprietários de terra ameaçam a existência da comuna, por meio do fisco e da utilização da força de trabalho dos camponeses impelidos pela necessidade de fugir à miséria.¹⁶

O Estado czarista russo criou um capitalismo em condições de “estufa”, a fim de poder fazer frente à pressão do Ocidente, implantando a bolsa, a especulação, os bancos, a sociedade por ações e a ferrovia. No entanto, a crise agrária torna a sobrevivência da comuna insustentável, pois para os

¹⁵ MARX, K. “À Vera Zasulitch, primeiro esboço”. Idem, idem, p. 176.

¹⁶ Idem, idem.

interesses articulados no Estado “é preciso constituir em classe média rural a minoria mais ou menos rica dos camponeses e converter a maioria em proletários”. Ao contrário, para que a comuna seja preservada “é preciso uma revolução russa” e

se a revolução for feita a tempo, se ela concentrar todas as suas forças para assegurar um livre curso à comuna rural, logo ela se desenvolverá como um elemento regenerador da sociedade russa e como fator de superioridade sobre os países submetidos ao regime capitalista.¹⁷

A questão russa é dotada, portanto, de uma particularidade que a análise feita n’*O capital*, não pode dar conta. Marx percebe que a contaminação capitalista da Rússia tanto pode levá-la ao capitalismo, como também pode gerar uma variante não-capitalista de desenvolvimento baseada na propriedade comum. De fato, Marx se confessa convencido de que a comuna agrária “é o ponto de apoio para a regeneração social da Rússia”, mas chama atenção para a presença de “influências deletérias” que a assolam e que deveriam ser eliminadas a fim de “assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo”, permitindo que a Rússia trilhasse uma via revolucionária não-capitalista.¹⁸

No *Prefácio* à edição russa de 1882 do *Manifesto Comunista*, assinado em conjunto por Marx e Engels, aparece uma síntese da visão marxiana, mas ao que parece compartilhada por Engels de uma maneira bastante limitada e momentânea. Nesse texto está dito que “se a revolução russa der o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se complementem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista”.¹⁹ Essa é uma solução que pode ter inspirado decisivamente a práxis política dos bolcheviques em 1917.

¹⁷ Idem, p. 185.

¹⁸ MARX, K. “À Vera Zasulich, Londres 8 de março de 1881”. Idem, p. 187-88.

¹⁹ MARX, K. e ENGELS, F. “Prefácio à edição russa de 1882 do Manifesto do Partido Comunista”. Idem, p. 191-193.

Conformado um grupo marxista na Rússia, no mesmo ano da morte de Marx (1883), aquelas sugestivas idéias de Marx ficaram sem eco. Em 1885, em correspondência enviada a mesma Vera Zasulitch, Engels reafirma a sua firme convicção que a Rússia se aproximava de uma revolução de estilo jacobino, que daria um impulso decisivo ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia.²⁰

Uma derradeira e importante manifestação de Engels sobre o tema abordado ocorreu em 1894, como um suporte à posição do grupo marxista russo *Emancipação do Trabalho*, num texto chamado de *Epílogo à questão social na Rússia*. Nessa ocasião, Engels reafirma sua análise do desenvolvimento capitalista na Rússia, produto de “um novo período de revoluções conduzidas de cima para baixo, que começaram na Alemanha”. Essa passagem a um só tempo corrói o que resta da comuna agrária, cria um movimento socialista proletário e fortalece a burguesia. Uma revolução burguesa na Rússia, de fundo jacobino, parecia ser evento descontado para os próximos anos, o que impediria a guerra, fortaleceria o movimento operário alemão e poderia salvar os restos da comuna agrária, embora essa não pudesse mais ser considerada base de uma evolução comunista, tal qual imaginada ainda em 1882.²¹

É possível aventar uma diferença no conjunto da análise entre Marx e Engels sobre a questão russa. A visão de Marx é mais acentuadamente dialética, perscrutando a possibilidade de uma particular revolução russa fundada na comuna agrária e na vanguarda revolucionária, servindo de estímulo ao proletariado alemão. Engels, de sua parte, enfatizava a objetividade das leis do desenvolvimento capitalista na sua universalidade, permanecendo mais firmemente ancorado ao eurocentrismo, mesmo que tenha acedido a visão de Marx no prefácio de 1882 da edição russa do *Manifesto Comunista*,

²⁰ ENGELS, F. “À Vera Zasulitch, Londres, 23 de abril de 1885”. *Idem, idem*, pp. 201-203.

²¹ ENGELS, F. “Epílogo a questão social na Rússia”. *Idem, idem*, pp. 275-287.

eventualmente por razões políticas imediatas. De todo modo o certo é que as concepções de Marx e Engels sobre o problema russo evoluíram condicionadas por um conhecimento progressivamente maior do problema, pela própria modificação acelerada da situação russa e pelas condições da luta política internacionalista, que envolviam os revolucionários russos.

5 Marx e os fundamentos histórico-sociais do Oriente

Entre outubro de 1857 e março de 1858, Marx trabalhou sobre os *Grundrisse der Kritik der Politischen-Oekonomie* (Elementos para a Crítica da Economia Política), que conta com uma parte de título “Formas que Precedem a Produção Capitalista”. O problema fundamental a ser resolvido era a particularidade da acumulação do capital e da forma de propriedade privada individual que lhe é inerente.

Daí que a pesquisa busca os fundamentos ontológicos da propriedade privada e a mediação existente entre a não-propriedade original presente no ser social da primitiva comunidade humana imersa na natureza e propriedade privada individual sob o capital. Marx procura delinear o processo de emancipação da individualidade e da propriedade em relação à comunidade, até a realização do indivíduo alienado e trabalhador livre de propriedade sob domínio da propriedade privada do capital. Tanto na pequena propriedade livre dos estereores do feudalismo (o camponês proprietário), como na comuna oriental, há uma relação de propriedade entre o trabalhador e as condições objetivas do trabalho, mas uma está próxima da produção do capital e a outra é a mais distante desta.

Na comunidade original é a tribo que se apropria em conjunto da produção, da natureza transformada, e faz uso temporário da terra. A apropriação da produção pelo processo de trabalho tem a tribo, a entidade coletiva, como pré-condição, mas pode se realizar de maneiras diversas. Nas

“formas asiáticas fundamentais” a apropriação pelo processo de trabalho indica que “as comunidades reais se constituem apenas em possuidoras hereditárias”, já que a “a unidade geral mais abrangente” aparece como o único proprietário efetivo e pré-condição da propriedade comum. Assim, “o indivíduo é, na verdade, um não-proprietário” e “o produto excedente pertencerá à unidade suprema”, isto é, ao Estado, que por fim assume a forma de uma pessoa. De tal modo, “o despotismo oriental aparentemente leva a uma ausência legal de propriedade. Mas de fato seu fundamento é a propriedade tribal ou comum, criada, na maioria dos casos, por uma combinação de manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade (...)”.²²

A apropriação comunal pelo processo de trabalho pode ocorrer também de um modo no qual “as pequenas comunidades vegetam lado a lado” e vivem da agricultura familiar. Parte do excedente é transferida para custear a defesa da comunidade mais ampla e para a preservação da identidade comum. Marx cita o exemplo das comunas eslavas e romenas que, em contato com o Ocidente, transitam diretamente para a servidão feudal, a partir do século XVI. É o caso de uma forma social mais primitiva que adquire dinamismo através do contato com outra forma social mais avançada (do ponto de vista da propriedade individual).²³

Em qualquer caso, as cidades surgem apenas como pontos de comércio externo ou localização do poder político. Mas a apropriação pelo processo de trabalho pode “envolver uma organização comum do trabalho”, de modo que “as condições comunais de apropriação real através do trabalho, como os sistemas de irrigação (importantíssimos entre os povos asiáticos), meios de comunicação, etc., surgirão, assim, como obras da unidade superior – o governo despótico que se impõe às unidades menores”. Essa seria a forma asiática propriamente

²² MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, pp. 67-68.

²³ Idem, *idem*.

dita, mas Marx cita como exemplos o México e o Peru, os celtas (num aparente equívoco), e “algumas tribos da Índia”, deixando de se referir ao antigo Egito, a Mesopotâmia e, surpreendentemente, a China.²⁴

Marx aponta ainda outras duas formas de apropriação pelo processo de trabalho, que, partindo da comunidade tribal original, assumem formas comunais de propriedade, ainda que fundadas em condições que oferecem certa manifestação da individualidade e da propriedade, o que lhes permite se desenvolver até o ponto da contradição entre comunidade e individualidade. São essas a forma antigo-mediterrânea, que daria no escravismo, e a forma germânica. O choque e a desintegração de ambas possibilitariam o surgimento do feudalismo ocidental e da servidão de gleba como forma de apropriação pelo processo de trabalho, mais avançado que ambos os predecessores. A possível forma céltica, que cobriu grande parte da Europa, embora Marx não pudesse saber, foi subjugada pelas outras duas, tendo sobrevivido em zonas marginais, como a Irlanda e a Escócia.

Segundo observação de Marx, a forma social eslava surge como uma variante da forma oriental, mas seu entrelaço com a forma germânico-feudal e sua posterior articulação, por meio do comércio, com o “segundo período manufatureiro”, levou a Rússia a estabelecer uma particular formação social feudal, baseada na servidão, mas com significativa presença de escravos e sobrevivência da antiga “comunidade eslava”. O regime político dessa forma social seria algo intermediário entre o “despotismo oriental” e a monarquia absoluta ocidental.

Mas, entre as formas de apropriação analisadas por Marx, a mais duradoura e tenaz é a forma asiática, e “isto é devido ao princípio em que se fundamenta, qual seja, o de que os indivíduos não se tornem independentes da comunidade, que o círculo de produção seja auto-sustentado e haja unidade da

²⁴ Idem, idem.

agricultura com a manufatura artesanal, etc.”.²⁵ Portanto, a forma asiática, em sentido estrito, se caracteriza pela unidade entre agricultura e manufatura na comunidade e pela realização de um trabalho comum dedicado à unidade que o poder despótico representa, não se desenvolvendo até o ponto da contradição. Assim, a contradição entre comunidade e individualidade na forma oriental, ao que tudo indica, só pode ser produto de um choque externo.

Um ano depois, no conhecido Prefácio da Contribuição para a Crítica da Economia Política, Marx designou essa forma oriental como modo de produção asiático. Pelo que se pode ler nos *Grundrisse*, a interpretação tantas vezes feita de que a história seria a narração da seqüência incindível de quatro épocas não se sustenta, sugerindo, ao contrário, que Marx entende serem “os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês”, épocas históricas que se relacionam como formas diferentes, como seqüência ou sobreposição. No entanto, o paradigma ocidental do despotismo oriental, com seu invólucro de subalternização cultural, persiste na reflexão marxiana, ainda que de modo transformado e atingindo, quiçá, o limite de suas possibilidades de apreensão e abstração, sem que, no entanto, pudesse ser superado. Em parte em razão da falta de acúmulo de conhecimento científico, não de Marx, mas do próprio Ocidente, e, fundamentalmente, pela necessidade intrínseca do Ocidente capitalista se apropriar de outros povos e culturas segundo seus desígnios.

6 Marx e o aprofundamento da questão do Oriente: ruptura com o paradigma eurocêntrico liberal?

Nos anos seguintes, enquanto preparava a versão definitiva do primeiro tomo d'*O Capital*, Marx foi amadurecendo a idéia, já discernível nos *Grundrisse*, de que a variante eslava (ou indiana) da forma oriental, na verdade é uma forma

²⁵ *Idem, idem*, p. 79.

bastante difundida, presente inclusive nos inícios da divisão social do trabalho na Europa, entre os celtas e os etruscos, por exemplo. Marx amadurecera, enfim, a proposição de que “em todos os lugares da Europa o início é constituído por formas de propriedade asiáticas, principalmente indianas, (...)”.²⁶

N’O *capital*, publicado em 1867, Marx dedica um capítulo à acumulação originária do capital, mas em diversas passagens trata da ontologia do capital como sendo concretamente possível a partir das contradições presentes no feudalismo ocidental, particularmente daquelas derivadas da autonomização das cidades e do capital mercantil, não tendo dedicado espaço a outras formas sociais de propriedade, que não aquela regida pelo capital.

No tomo III d’O *capital*, publicado apenas após a morte do autor, encontra-se a proposição de que a forma mais simples de renda da terra é aquela produzida diretamente pelo processo de trabalho. O produtor direto pode ser visto com a posse direta dos meios de produção, seja para o trabalho agrícola ou para o artesanato doméstico-rural, em mais de uma forma social ou sistema de produção. No Oriente, essa forma pode ser encontrada nas duas variantes sugeridas por Marx. Na variante indiana (que parece ser também a eslava) os pequenos camponeses se agrupam em comunidades mais ou menos elementares de produção, em cujas condições “só a coação extra-econômica, qualquer que seja a forma que se revista, pode arrancar desses produtores o trabalho excedente para o possuidor nominal da terra”.²⁷

Na outra variante,

quando não são os possuidores de terra, mas o próprio Estado, como ocorre na Ásia, quem os explora diretamente

²⁶ MARX, Karl. “Carta a Friedrich Engels, 1868”. Apud SOFRI, Gianni. *O Modo de Produção Asiático: História de uma Controvérsia Marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 53-54.

²⁷ MARX, Karl. *El capital: crítica de la economía política*. México: Fondo de cultura económica, 1975, Tomo III, p. 733.

como possuidor da terra, além de defrontar-se com ele como soberano, coincidirão a renda e o imposto ou, melhor dizendo, não existirá imposto algum distinto dessa forma de renda do solo. Nestas condições, a relação de dependência não necessita assumir política ou economicamente uma forma mais dura que a que supõe que todos sejam igualmente súditos deste Estado. O Estado é aqui o supremo possuidor da terra e a soberania a propriedade da terra concentrada na sua face nacional. Em troca, não existe propriedade privada sobre o solo, ainda que haja a posse e o desfrute tanto privado como coletivo.²⁸

Nesse aspecto da renda da terra pelo trabalho e da extração do excedente, a forma oriental encontra-se numa situação intermediária entre o escravismo e o feudalismo. Na forma escravista o produtor direto não trabalha por sua conta, mas com condições de produção que não lhe são próprias. Essa forma de renda da terra exige a presença de “relações pessoais de dependência, carência de liberdade pessoal, no grau que seja, e o vínculo com a terra como seu acessório, servidão, no seu sentido estrito da palavra”.²⁹

No feudalismo, o produtor direto também é possuidor de seus meios de produção e de subsistência e as relações de apropriação se manifestam como relação direta de domínio, pela qual o homem é privado de liberdade e individualmente reduzido à servidão de gleba, de modo que a renda da terra pelo trabalho é extraída pela coerção extra-econômica. Assim, enquanto que no escravismo a renda da terra pelo trabalho é extraída da forma mais completa e no feudalismo o servo é um homem dotado de alguma individualidade, apenas que privado de liberdade, na forma oriental (ou nas formas orientais) é a comunidade em seu conjunto que produz a renda da terra.

De tal sorte, a forma oriental foi, ainda uma vez, tratada apenas incidentalmente e de forma comparativa, não

²⁸ Idem, idem.

²⁹ Idem, idem.

oferecendo solução para a ambigüidade presente nos estudos anteriores. Por um lado, Marx sugere que a pequena economia camponesa e o exercício independente do artesanato teriam prevalecido na "comunidade clássica" (Europa mediterrânea), entre o desaparecimento da "originária propriedade comum oriental" e o surgimento do escravismo (cuja passagem poderia ser explicada pela guerra entre diferentes "comunidades").

Mas, por outro lado, Marx sustenta que a forma oriental persistiu na Ásia, tendo mesmo evoluído para a forma de grandes Estados imperiais, embora a posse comum do solo, a união entre agricultura e trabalho artesanal, uma divisão fixa do trabalho, tenha persistido, com o excedente econômico sendo apropriado diretamente pelo Estado, por meio de seus funcionários, que também eram os organizadores do trabalho comum. Sendo que, para Marx, exatamente "esta simplicidade constitui a chave do segredo da imutabilidade das sociedades asiáticas, que tanto contrasta com a constante dissolução e refundação dos Estados asiáticos e as incessantes mudanças de dinastia. A estrutura dos elementos econômicos fundamentais da sociedade não é em absoluto afetada pelas nuvens de tempestade do céu político".³⁰

Compreende-se assim que, para Marx, a noção de forma oriental ganhou dois conteúdos diferentes. Um, mais genérico, se referia a todas as formas sociais fundadas na agricultura sedentária e no artesanato, com incipiente divisão social do trabalho, que teriam, com algumas variantes (indiana, eslava, celta), existido da Ásia até a Irlanda. A celta fora substituída pelas formas escravista e germânica, tendo sobrevivido na Irlanda até a invasão inglesa do século X; a eslava evoluía para uma variante de feudalismo pelo contato com o Ocidente a partir do século XVI, contando ainda com importantes sobrevivências no momento que o capitalismo começava a se assenhorear da Rússia; e sobrevivia ainda na Índia, no momento

³⁰ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, tomo I, p. 358.

que o poder colonizador da Inglaterra levava o capital até essa região.

O outro conteúdo possível da forma oriental, mais particular (mas também genérica), remetia às formas sociais que preservavam a essência original, mas que produziam significativo excedente econômico e tinha o trabalho comum organizado pelo Estado político, uma particularização de interesses da classe dominante. A generalidade da segunda formulação encontra-se na abstração das particularidades das formas sociais tão diferentes quanto à chinesa, a indiana e a persa. Poderiam ser citadas também outras formas sociais submergidas por invasão externa de povos que tinham outra forma social, como o Egito antigo e os impérios asteca e quéchua / aimará, na América. Do mesmo modo as formas orientais remanescentes na própria Ásia estão sendo destruídas pelo choque do colonialismo do Ocidente, com as armas dos exércitos e do tráfico de drogas, travestidas de “liberdade de comércio”, como o destacado caso da China.

Marx parecia estar no limiar da superação da subjetiva noção de “despotismo oriental”, mas, parece que também nessa questão aparece alguma heterogeneidade com os escritos de Engels, que recai no paradigma precedente. Assim, no *Antidühring*, de 1878, Engels afirma que a característica do Oriente é a comunidade ou o Estado aparecerem como proprietário da terra. Insiste ainda que o fundamento dessa forma social seja a irrigação provida pelo Estado para tornar possível a agricultura e que onde “as antigas comunidades em que tais governos continuaram a existir, da Índia até a Rússia, constituem há milênios a base da forma mais primitiva de Estado: o despotismo oriental. Somente aonde elas se dissolveram é que os povos tornaram-se senhores deles mesmos, e o progresso posterior desses povos fundaram-se no desenvolvimento da produção através do trabalho escravo”.³¹

³¹ ENGELS, F. *Antidühring*. Roma, 1955, p. 199.

Aqui Engels, além de recair no paradigma liberal, confunde os diferentes conteúdos e matizes que Marx considerava para a forma oriental, de modo que o despotismo oriental fica sendo a sobrevivência da forma mais arcaica de Estado que teria precedido o escravismo e reduz o conteúdo específico à tarefa de irrigação por parte do Estado. Ademais inclui a Rússia, elidindo toda sua particularidade, que incluía não só a servidão feudal, mas uma forma de propriedade comunal que não incluía o trabalho comum organizado pelo Estado.

Com base na leitura da obra de Morgan, *Ancient society*, e auxílio das anotações de Marx, em 1884, Engels traz a lume a sua *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Embora a pretensão do autor fosse declaradamente restrita a analisar os fundamentos da hipótese de Morgan sobre a história antiga da Europa, essa obra estabeleceu o principal pilar das subseqüentes interpretações eurocêntricas e unilíneas do processo histórico. Contudo, o interesse de Marx e Engels foi se deslocando sempre mais para o Oriente-russo, na medida em que os grandes conflitos enfrentados pela Inglaterra na Pérsia, na Índia, na Birmânia e na China foram por um momento contornados, e a presença, tanto da potência russa nos assuntos europeus, como da intelectualidade desse país, atraíam atenção.

7 A Internacional Comunista e o retorno da questão do Oriente em perspectiva revolucionária

A perda da radicalidade crítica e a intrusão neo-kan-tista e positivista na ideologia do movimento operário, organizado na II Internacional, repercutiu na questão colonial e na questão do Oriente, que, mesmo tendo estreita relação entre si, não se confundiam. As tentativas de formulação de uma política colonial do movimento socialista recaíram na idéia de uma missão civilizatória do Ocidente diante de um Oriente atrasado e incapaz de romper seus grilhões, sem a ajuda da civilização ocidental. O colonialismo poderia ser um “mal” ou

um “bem”, dependendo das finalidades estabelecidas pelo imperialismo do Ocidente! Ou seja, tudo dependia da política a ser estabelecida e não da dinâmica intrínseca da acumulação do capital. O fato é que acabou sendo criada uma estreita relação entre o reformismo do movimento operário dos Estados imperialistas e a aventura colonialista. A troca de apoio (ou condescendência) ao imperialismo por ganhos materiais ou políticos pela burocracia sindical e partidária colimou na guerra imperialista, que envolveu a grande maioria do movimento socialista.

A vertente teórica que iria desembocar na refundação comunista do século XX, centrada na contribuição de Lenin, teve entre seus elementos constitutivos o enfrentamento do nexo entre a particularidade do desenvolvimento capitalista no Oriente-russo e o contexto da fase imperialista do capital, cuja decorrência foi o estabelecimento da necessidade da aliança operário-camponesa no processo revolucionário e nos passos iniciais da transição socialista. A presença de uma vasta área habitada por populações de estirpe turco-oriental, dentro do território do decaído império russo, e a efervescência revolucionária no arco que vai da Turquia a China, passando pela Pérsia e Índia, galvanizou um novo debate sobre a questão do Oriente, no interior da recém-constituída Internacional Comunista (1919).³²

No II Congresso da IC (1920), as posições se encaminharam para os extremos: ou uma visão próxima da perspectiva tradicional da Internacional Socialista, que entendia que a emancipação dos povos do Oriente pressupunha a revolução socialista no Ocidente, ou outra que via na revolução no Oriente o gerador da revolução no núcleo imperialista do Ocidente. No primeiro caso está presente a suposição teórica de que o Oriente deve passar por uma fase de desenvolvimento capitalista, qualquer que fosse a natureza de sua forma social,

³² A contribuição de Lenin, para a reflexão aqui desenvolvida, é de uma dimensão e importância tal que exige um ensaio à parte.

“oriental” – tal como Marx buscara entender – ou “feudal”, que foi a fórmula que veio por fim a prevalecer.

O coreano Shang Rhee e o indiano N. R. Roy, principalmente, argumentavam que a luta contra a dominação do Ocidente sobre o Oriente passava pela luta contra as classes dirigentes autóctones, aventando a idéia de um socialismo agrário baseado nas comunas agrárias da forma oriental. A formulação mais dialética de Lenin – e que mais se aproximava de Marx – acabou prevalecendo, com a indicação de que a revolução mundial procederia de modo articulado e que o predomínio poderia estar num ou noutro pólo da contradição imperialista. Reconhecia-se assim que a revolução oriental antiimperialista, com a ajuda do proletariado ocidental, poderia se endereçar para a transição socialista, sem que fosse necessária a passagem pelo capitalismo.

A IC, em razão da persistência da cultura e ideologia do movimento operário europeu, que defendia sua própria importância como decisiva no processo revolucionário, no entanto, tendeu no mais das vezes a priorizar o Ocidente nas suas análises e atividade política, menosprezando os movimentos antiimperialistas do Oriente. Assim que, no decorrer dos anos 20, problemas como o da particularidade das formas sociais asiáticas e da existência ou não do escravismo e do feudalismo no Oriente permaneceram com a resposta em aberto.

No caso do debate sobre a transição socialista na URSS, Bukharin, nos passos sugeridos pelo último Lenin, mas certamente ignorando o conjunto da reflexão marxiana sobre o assunto, entendeu que os aspectos de socialismo no País ainda eram poucos, devendo predominar um capitalismo monopolista de Estado articulado à agricultura mercantil comunal familiar, herdada da forma de apropriação pelo trabalho característica da variante eslava da forma oriental, indicada por Marx. Assim, para Bukharin, o ressurgimento da forma comunal eslava, em seguida a guerra e a revolução, poderia contribuir e confluir

no processo geral da transição socialista, por meio do cooperativismo e da grande produção mecanizada, tal como sugerido por Marx na sua correspondência com Vera Zasulich, desde que bloqueadas as tendências capitalistas, e também pelos últimos escritos de Lenin.³³

Por outro lado, Preobrajensky entendia que a transição na Rússia contrapunha um modo de produção moderno, urbano e industrial, que se encaminhava para o socialismo, a outro modo de produção justaposto no campo, que se encaminhava inexoravelmente para o capitalismo. Da resolução dessa contradição em vantagem do projeto socialista, cuja implicação era a destruição da produção agromercantil, que assumia celeremente as formas de acumulação capitalista, dependeria o futuro da transição. A reflexão de Bukharin indicava a articulação entre Ocidente e Oriente na transição socialista na URSS, enquanto que Preobrajensky entendia o choque como inevitável pela sobreposição de tempos históricos que pressupunha, de resto, como pensava, ainda que de modo extremamente nuançado, a maioria dos dirigentes bolcheviques e da IC.

8 A questão do Oriente e o marxismo oriental

Em relação à China, às voltas com um processo revolucionário de enormes dimensões, também se apresentavam leituras divergentes. Alguns analistas, como Rjazanov e Varga, percebiam na China a presença de formas orientais duradouras e estáveis, que apenas o colonialismo e o imperialismo vinham desagregando, sendo um equívoco a utilização da categoria de feudalismo para abarcar aquela realidade. Embora esses autores destacassem os aspectos de estabilidade e de atraso da China,

³³ Recordar que os textos de Marx sobre as formas sociais que precedem a acumulação do capital só se tornaram conhecidas em 1939, não tendo tido Bukharin a oportunidade de conhecê-los, ainda que pudesse conhecer a correspondência entre Marx e Zasulich. Esse fato só pode valorizar a contribuição de Bukharin para o debate sobre a transição.

lembrando o paradigma ocidental liberal, a conclusão tinha muitos pontos de contato com a formulação política de Trotski, o qual percebia no pequeno proletariado industrial chinês o dirigente de uma revolução necessariamente articulada com a movimentação operária na URSS e na Alemanha (quando não nos EUA) e contando com o apoio do campesinato.

A posição que veio a predominar, no entanto, foi a de que se tratava, na China, de realizar uma revolução democrático-burguesa de libertação nacional, na qual seria essencial uma aliança entre o proletariado e a burguesia industrial contra o imperialismo e o feudalismo. Assim, a China era vista como atrasada e colonial, mas que se encontrava a um passo da modernidade capitalista, bastando abater o domínio colonial e a propriedade fundiária feudal ou semifeudal. Há indícios de fortes nuances nessa posição, pois é notória a preocupação de Bukhárin na consolidação da aliança operário-camponesa, a qual poderia dar à luz na China a uma ditadura democrática com fundamentos econômico-sociais pequeno-burgueses e cuja resolução da questão agrária poderia ser semelhante àquela encontrada na URSS da NEP.

Entre os próprios marxistas chineses, ao que parece, havia diferenças de interpretação, embora a noção de “modo de produção asiático”, como indício de atraso e de transposição do paradigma liberal ocidental do despotismo oriental, fosse incompreensível e mal-recebida. Por outro lado, a noção de feudalismo, mais genérica e anódina, foi mais facilmente incorporada, diante da evidente fragmentação da China entre os “senhores da guerra” e também por motivos estritamente políticos de relações entre o PCCh e a IC.

Porém, mais importante é a questão de fundo que se obscurece por trás dessas formulações ambíguas. O próprio marxismo na China se desenvolveu por duas vertentes que se conflitaram freqüentemente no decorrer do século XX. Há uma tendência “ocidentalista”, que defende o predomínio da cidade, da indústria, das forças sociais da modernidade, na construção

de uma nova China, para a qual a visão de um país vitimado pelo feudalismo e pelo imperialismo parecia adequada, até para enfatizar a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas. Aparece também uma variante “oriental”, com vínculos com a antiga filosofia taoísta das comunas agrárias e do campesinato expropriado, que se formava na esteira da desintegração da velha China e para a qual tampouco a caracterização da China como “feudal” era impossível. Nesse segundo caso poder-se-ia realçar a importância do campesinato para a revolução chinesa.³⁴

Com a derrota da revolução chinesa de 1925-1927, o debate sobre a questão do Oriente ganhou novo impulso. Interessante anotar que o VI Congresso do Partido Comunista da China, realizado em Moscou, no mês de julho de 1928, concomitante ao VI Congresso mundial da Internacional Comunista, negava que a forma social chinesa estivesse passando por um momento de transição do “modo de produção asiático” para o capitalismo. Afirmava, pelo contrário, que na China havia uma forma particular de feudalismo burocrático. Surgem assim elementos para delinear a hipótese de que o impacto do colonialismo e do imperialismo do Ocidente liberal sobre a China teria provocado (ou acelerado) a decomposição da forma oriental evoluída, dando origem a uma forma regressiva de feudalismo vinculado ao imperialismo capitalista, ambos enfim derrotados pela vitória da revolução nacional-popular, em 1949.

Se essa assertiva é razoável, pode-se então também sugerir que o impacto do colonialismo e do imperialismo sobre a forma oriental chinesa madura levou-a ao ponto de desenvolver a contradição entre comunidade e individualidade. Isso acabou por gerar, a um só tempo, a desintegração da forma oriental, sob a forma de um feudalismo regressivo, e a inserção no mercado mundial, que abriu as possibilidades para a acumulação do capital mercantil e manufatureiro dentro do

³⁴ DEL ROJO, Marcos. *A China frente o 'império universal' do Ocidente*. Novos Rumos, nº 36, São Paulo: IAP/IIPO, 2002, pp. 11-20.

próprio território do antigo império celestial. É precisamente a partir da contradição induzida pelo imperialismo, que o campesinato surge objetivamente como força motriz do processo revolucionário.

De tal modo, a formação social chinesa aparece como uma forma compósita, na qual se entrecrocavam modos de produção não coetâneos. Ainda mais, essa característica se prolongaria para as fases iniciais da transição socialista, na qual, batido o imperialismo e o "feudalismo", o país ingressaria numa forma de capitalismo monopolista de Estado, capaz de construir as bases materiais do socialismo.³⁵

Há indícios de que Mao Tsé-tung tenha antecipado e incorporado essa interpretação geral para proceder à análise concreta da realidade chinesa, ao descrever e apreender o potencial revolucionário do campesinato, a partir de suas condições sociais e culturais, de modo que pode estabelecer uma estratégia revolucionária vitoriosa. Sua maneira de ver a China possibilita uma aproximação com a descrição de Marx das características genéricas da forma oriental avançada, ou seja, aquela na qual, além da persistência da apropriação pelo processo de trabalho baseado na comunidade de aldeia, há um Estado que se apropria do excedente e organiza o trabalho comum das comunidades.³⁶

³⁵ Lembrar como Lenin encarava a forma social russa do período pós-revolucionário como uma realidade na qual se apresentavam formas sociais desde as mais primitivas até o socialismo, que seria a antecipação do futuro. De maneira mais geral, e apenas como possível hipótese de trabalho, não seria o caso de se perguntar se essa forma compósita, caracterizada por um amálgama entre a forma social original da região e formas progressas do próprio Ocidente, como o escravismo ou o feudalismo, teria sido produto bastante comum na trajetória da ocidentalização do mundo sob a condução do capital, inclusive na América meridional, contribuindo assim para definir uma variedade de formas particularidades espaço-temporais e sociais?

³⁶ MAO TSÉ-TUNG. "Informe sobre uma pesquisa feita no movimento camponês no Hunan". In: SADER, Eder (org.). *Mao Tsé-tung*. São Paulo: Ática, 1982. pp. 37-57. (Grandes Cientistas Sociais).

A desorganização desse Estado imperial e desse modo de produzir gera uma camada de funcionários corruptos e de senhores feudais que oprimem os camponeses pela continuidade e exacerbação da extração do excedente, sem que sejam mais possíveis a organização do trabalho comum e a prevenção dos serviços públicos, em função do vínculo estabelecido pelas classes dominantes com o imperialismo. No entanto, essa leitura da realidade chinesa, que possibilitou a focalização do campesinato como força motriz da vitória revolucionária, foi utilizada também nos intentos de alguns passos da transição socialista, particularmente com a experiência das 'comunas agrárias', a partir de fins dos anos 50, num esforço de incorporação reversa de aspectos da forma social oriental na transição socialista, até como artifício para se contornar, junto com o imperialismo e o feudalismo, também o capitalismo.

9 Forma social oriental e transição socialista

No entanto, na URSS, em debates ocorridos entre especialistas da questão do Oriente, no início dos anos 30, essa tese da forma oriental "pura" ou em transição para o "feudalismo" foi derrotada, tendo sido aplainada a rota que levaria a uma interpretação que encontrava indícios de escravismo e feudalismo no Oriente em tempos bastante anteriores, sendo negada assim a existência de alguma particularidade essencial. O mais notável, no entanto, é que, precisamente naquele momento, começava, por iniciativa do Estado soviético, o processo de enquadramento do trabalho comum dos camponeses, visando a extração do excedente econômico, de maneira análoga à forma oriental avançada, que jamais existira na Rússia.³⁷

³⁷ Partindo dessa analogia é que, em 1937, Karl Wittfogel lança sua obra *O despotismo oriental*, como esforço de compreensão do regime staliniano, redundando numa recriação do paradigma liberal ocidental, que, em seguida, teria seqüência e se imbricaria na formulação conceitual do totalitarismo. WITTFOGEL, Karl. *Despotismo oriental: estudo comparativo sobre el poder total*. Madrid: Guadarrama, 1966. E também DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antipodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone Editora, 1998. Cap. 4.

Assim que a utilização de um padrão de organização sócio-econômico original da forma social oriental avançada (as grandes comunidades organizadas como unidades produtivas identificadas diretamente com o Estado) foi aplicada para sufocar a variante de apropriação pelo trabalho fundado apenas na comunidade de aldeia (a variante indiana / eslava), que possibilitava uma maior expressão da autonomia individual e social, devido a sua proximidade sócio-histórica com o Ocidente. Essa decisão política, definida em fins dos anos 20, contribuiu sobremaneira para a cristalização da transição num socialismo de Estado incapaz de se superar a si mesmo, sendo vitimado, já próximo do fim do século XX, por um renovado impacto do imperialismo maduro, que se assenhoreou e sobrepôs às formas não-capitalistas de produção do capital, ali alojadas. A China, por sua vez, parece hoje estar traçando um caminho inverso, do socialismo de Estado para um capitalismo monopolista de Estado, em condições mais apropriadas para fazer frente ao predomínio global do capital e da mundialização imperialista.

O marxismo na Índia – como se sabe, o depositário maior das preocupações de Marx no Oriente – foi apanhado na generalização da visão unilinear da História, outro produto cultural do Ocidente liberal, tendo em vista a subalternização dos povos da maior parte do mundo e que se introjetou no seio da particular ideologia que deu guarida ao socialismo de Estado e a IC. Se a revolução na China pode ocorrer pela rebelião generalizada dos camponeses e outras camadas do povo, como imaginara Marx ao tomar notícia da revolta de Taipem, a Índia, submetida à Inglaterra, de fato desenvolveu o capitalismo, até que tendo atingido certa maturidade, buscou a emancipação. Mas fez questão de preservar no seio da nova forma social capitalista, vários dos aspectos da antiga forma oriental indiana, inclusive o regime de castas, num exemplo oriental muito particular daquilo que Gramsci chamou de 'revolução passiva'.

As formulações de Marx – como se procurou indicar – tiveram com ponto de partida indispensável e necessário todo o conhecimento acumulado no Ocidente sobre o Oriente, o qual trazia o invólucro da ‘vontade de domínio’ do Ocidente sobre o Oriente. A noção de despotismo oriental, na qual há um claro predomínio da esfera da subjetividade, sintetiza esse saber e essa vontade. Marx, na sua crítica radical das formas culturais e exploração social do Ocidente chegou muito perto da superação do paradigma de origem liberal do despotismo oriental, ainda que o conhecimento concreto sobre a história concreta das formas sociais orientais fosse ainda muito limitado a seu tempo.

Foi precisamente esse limite histórico-concreto de se passar do geral ao particular que limitou a leitura de Marx sobre o Oriente e gerou sérias incompreensões sobre a interpretação histórica e política de realidades tão diferentes como o mundo árabe, a Índia e a China. De qualquer maneira, algumas de suas observações sobre a forma social oriental e suas variantes permitem uma reflexão e um melhor entendimento sobre as revoluções sociais do século XX, sobre a crucial participação do campesinato e sobre as particularidades e limites dos intentos de transição socialista.

Sabe-se que Marx augurava uma revolução socialista desencadeada pelo proletariado industrial do Ocidente, mas percebeu que a transição poderia percorrer caminhos diversos e mesmo sem saída, tal qual as formas sociais que precederam lógica e historicamente a individuação capitalista. Nesse aspecto, vale sempre recordar a correspondência com Vera Zasulitch, em 1881 e o Prefácio à edição russa do Manifesto Comunista, de 1882, nos quais Marx aventa a possibilidade da revolução socialista ter início em meio ao impacto do capitalismo sobre as formas sociais orientais de caráter agrário-comunal.³⁸

³⁸ MARX, Karl. Apud FERNANDES, Rubem Cezar (org.). *Dilemas do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 152-153; 192-193.

Ora, praticamente todas as experiências de transição socialista do século XX tiveram esse impulso inicial, contando com o campesinato como uma essencial base de apoio e acabando por constituir um poder burocrático estatal, que cristalizou um socialismo de Estado, travando a própria transição. A questão crucial, que resta sem ser solucionada, é saber se essa rota era ontologicamente inviável, devido à debilidade das forças produtivas do capital e da própria classe operária. Ou ainda, dizendo de outra maneira, se seus caminhos e possibilidades eram (e são) por demais estreitos, mas não impossíveis, dependendo sobremaneira da *virtu* da vanguarda revolucionária e do contexto internacional para que uma revolução objetivamente democrático-burguesa adentrasse pela transição socialista. A pena seria a configuração de revoluções passivas próprias do Oriente, que ao fim se concluiriam num novo espaço de acumulação do capital. A complexidade do problema pode ser antecipada sempre que se lembre que a heterogeneidade interpretativa estava presente já entre Marx e Engels, tendo perpassado toda a cultura marxista e comunista, incidindo decisivamente nos conflitos e percalços das experiências de transição socialista do século XX.